

CONSTITUIÇÃO E IDEOLOGIA: O caso de São Paulo — 1932-1934

Holien Gonçalves Bezerra

Depart. de História — PUC-SP.

Há momentos críticos na história de um povo, nos quais se agudizam as aspirações e reivindicações, as esperanças e decepções. A sociedade brasileira vem criando, nos últimos anos, situações em que o ritmo acelerado de movimentos de toda ordem colocam em relevo o embate surdo das contradições inerentes à ordem social. São adversários que medem forças, se analisam, se acusam, se rejeitam. De outro lado, porém, propõem-se harmonias, alianças, trabalho conjunto, pactos, anulação de conflitos, colaboração na busca de soluções viáveis para os problemas que afetam a todos.

Em ambos os casos, conflito ou harmonia, é unânime a crença de que o reordenamento da sociedade é de primordial importância e que esta nova ordem será consubstanciada na elaboração de uma Constituição — a lei maior — que regerá os destinos da nação. Em vista disso, o clima que se cria nos momentos constituintes são de extrema riqueza para se poder captar a correlação de forças presentes na sociedade, assim como os mecanismos e artimanhas utilizados pelos mais fortes para ajustar contas entre seus grupos componentes e para conseguir impor-se à toda sociedade como os legítimos defensores da ordem e do bem-estar.

A trajetória que leva ao clima dos momentos constituintes em geral é sinuosa, complexa e bem urdida. Idéias e pregações que, em circunstâncias mais difíceis, eram típicas das oposições mais atentas e, por isso, mais sufocadas, passam a ser paulatinamente assimiladas pela maioria da população e posteriormente apropriadas pela liderança “progressista” da ambígua “situação”. O movimento vai crescendo: oposição radical contra a ditadura — exigências de uma “democracia já” — votação maciça contra o partido do governo — volta aos quartéis — movimentos populares por moradia e por alimento — conquista da terra — combate à inflação com desenvolvimento — direito à saúde e à educação, etc. O cume das movimentações, em termos de presença de povo, eclode na bem programada campanha pelas “diretas já” e no mote da “Nova República”. Tudo isto seria em vão, diz-se, se as novas conquistas não forem

formalizadas no grande debate que a nação empreenderá no momento das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e nas disputas entre as forças representadas na Assembléia até o momento da promulgação da nova Constituição. Então sim, o povo estará salvo das intempéris da improvisação e dos aproveitadores do momento turvo.

Não faltam os alertas contra as falácias embutidas na fala e nos gestos da política oficial. É voz corrente a pouca representatividade efetiva dos partidos políticos; a atuação dos políticos e sua inércia nos trabalhos parlamentares já é do conhecimento público; as negociações para endereçar os encaminhamentos regimentais que nortearão o processo constituinte já são claramente perceptíveis; aventa-se o perigo de uma nova Constituição consagrar os interesses das classes poderosas, em detrimento da maioria da população; não permanece em segundo plano os apelos para que as pessoas conscientes e aliadas da causa por uma sociedade mais justa se organizem e marquem sua presença no debate atual.

Tendo em vista a gravidade do presente momento brasileiro em relação às questões acima colocadas, um estudo sobre o momento em que se vivenciava a questão constituinte em São Paulo, nos primeiros anos da década de 1930, tem por finalidade contribuir para o debate. Situações e temas parecem recorrentes, então e agora. A perspectiva das anotações que se seguem é precisa: perceber como, nos idos dos anos 30, se monta um processo de cooptação em que as classes dominantes conseguem envolver uma parcela significativa da população paulista, de modo especial a classe média, na defesa de interesses delimitados.

1. O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA EM SÃO PAULO

Nos últimos meses de 1930, a partir do momento em que o governo de Getúlio Vargas inicia sua trajetória dita revolucionária, inicia-se em São Paulo outro movimento de cunho político-cívico-militar que prepara o terreno para a eclosão, em 1932, de uma auto-intitulada Revolução Constitucionalista. Direta ou indiretamente, uma parcela ponderável dos 7 milhões de habitantes do Estado de São Paulo é abalada e arrastada pelos acontecimentos daqueles três meses de luta. São mobilizados, do lado dos paulistas, cerca de 200 mil voluntários inscritos. Participam dos combates perto de 66 mil soldados (1), entre voluntários e tropas regulares, do Exército e da Força Pública. Os testemunhos dos sobreviventes, tanto escritos quanto orais, dão conta do entusiasmo da população que vibra pela “causa sagrada da lei e da Constituição”. A Revolução de 1932, além de responder a questões de cunho marcadamente econômico e de disputa pelo poder político em nível estadual e federal, coloca em evidência a participação ativa de pessoas que nem de longe atinam com o

que se passa nos recônditos dos quadros políticos e dos grandes interesses econômicos. Com efeito, os problemas que estão afetando mais diretamente os interesses dos que manobram a vida econômica do Estado e do País são o controle do café, a centralização ou descentralização das medidas econômicas, favorecimento ou não da indústria, medidas para debelar a crise geral que é sentida por todos — não são debatidos pelo grande público. Estas questões econômicas mais intrincadas são resolvidas pelos interessados mais diretos, no silêncio dos escritórios e nos conchavos políticos.

Às últimas horas do dia 9 de julho, inicia-se o Movimento Revolucionário, que conta com a adesão da cúpula do Exército sediado em São Paulo, da Força Pública e da Frente Única Paulista, assim como com a imediata adesão e organização do voluntariado. O “9 de julho” passa a ser, posteriormente, data cívica de profundo significado não só para os protagonistas do evento, que o comemoram com entusiasmo, como também para continuar avivando constantemente os “ensinamentos de paulistanidade”, em momentos oportunos. A preocupação em perpetuar a lembrança do evento liga-se à necessidade de manter as chamas do orgulho paulista e dos interesses políticos e econômicos dos donos do poder regional, em momentos diversos e circunstâncias novas.

Nos meses de junho e julho de 1932 os políticos e as diversas associações e organizações da burguesia paulista estão empenhados na preparação de um levante que, segundo esperam, coloque um termo às “humilhações do grande Estado de São Paulo”. A burguesia sente-se perfeitamente “unida e coesa” na defesa intransigente de seus interesses, levantando as bandeiras do civismo, do constitucionalismo e da paulistanidade. A repressão aos movimentos operários é violenta, conseguindo-se uma “paz social” propícia à defesa de “ideais mais elevados”. Com a liderança operária encarcerada, não se registram greves nem movimentos contestatórios a partir de junho. Prega-se a colaboração mútua, sem distinção de classes, para o bem de São Paulo.

A conjugação dos descontentamentos de políticos e de militares vem de encontro à exaltação do espírito cívico, que está sendo trabalhado através de uma bem urdida propaganda pelos meios de comunicação de massa, por comícios e caravanas pelo interior do estado. Os depoimentos narram a euforia com que o início das hostilidades é saudado pela população paulista, que acorre aos postos de alistamentos para se inscreverem como voluntários da revolução. Assim se inicia o movimento que passa a ser consagrado como a Revolução Constitucionalista.

A presença do operariado urbano e de trabalhadores rurais, nos episódios revolucionários, é bastante diminuta. Tanto em outubro de 1930 quanto em julho-outubro de 1932, constata-se um desinteresse geral desta classe com relação aos ideais revolucionários. A farta quantidade de depoimentos sobre a Revolução de 32, em São Paulo, registra a presença sem entusiasmo do operariado urbano e rural pela causa da revolução. Há, inclusive, várias afirmações explícitas que dão conta do descaso no meio operário (2).

As mesmas fontes mostram, por outro lado, como a classe média (3) é atraída e participa de maneira intensa dos movimentos políticos do período e, particularmente, da Revolução de 1932. O entusiasmo desta classe é tão

intenso e sobejamente destacado pelos depoimentos da época que chegam a afirmar, com evidente exagero, ser o movimento de 32 uma revolução de classe média (4). A disputa entre facções de classe dominante de um lado, e os “tenentes” e Getúlio Vargas de outro, é assumida pela classe média como se fosse uma causa sua. É isto o que intriga o investigador. Qual a razão da cooptação; quais os mecanismos utilizados pelos representantes da classe dominante, que dão tais resultados? Ainda mais. A Revolução Paulista de 1932 é apresentada por um número muito significativo de depoimentos como sendo uma revolução do povo; dela se excluem, com veemência, os políticos chamados profissionais, carcomidos, para se valorizar a figura do voluntariado, a partidário, embalado por uma causa sagrada. A idéia da constitucionalização assume um poder quase mágico.

Além desta questão central, da cooptação ideológica exercida sobre a classe média, é de se notar seu crescimento e sua participação no cenário da história. A participação política, tanto pela presença nos comícios quanto pelo entusiasmo em pegar em armas em nome de uma causa tida como sagrada, tem peso significativo na nova composição do poder. O exercício do poder não é mais possível sem se levar em conta o peso das reivindicações das diversas classes. Já nas eleições para a Constituinte, em maio de 1933, a presença marcante da classe média, freneticamente entusiasta da “causa paulista”, faz com que o resultado do pleito seja decididamente favorável aos candidatos da classe dominante, contra os candidatos dos “tenentes”, que se dizem representantes dos interesses dos fracos.

Nosso intuito é empreender uma análise que dê conta dos mecanismos que sustentam a cooptação ideológica exercida pela classe dominante sobre o conjunto da sociedade e especialmente sobre a classe média. Para o estudo dos aspectos ideológicos do movimento constitucionalista em São Paulo, deve-se levar em consideração principalmente a articulação de classes nele latente. É importante recuperar as representações ideológicas que dão força à revolução e, ao mesmo tempo, perceber a origem das mesmas, na concretidade das relações de classe.

A Revolução de 32 é considerada como um momento privilegiado, porque, além de ser um acontecimento que envolve seriamente o conjunto da população, condiciona o aparecimento de representações e formas de expressão ideológica de extrema riqueza e variedade. No período revolucionário, assim como nos anos subsequentes, a imprensa, o rádio, os livros, as concentrações, as associações veiculam o discurso ideológico da dominação. Na pluralidade destas manifestações é possível perceber uma sistematização latente de idéias-força, apesar da espontaneidade com que são transmitidas. A análise desta sistematização tornará possível desvendar a estrutura das representações ideológicas da burguesia paulista, num momento de crise econômica, política e social. Para isto, não basta compor o quadro das idéias que sustentam o constitucionalismo revolucionário, mas é necessário perceber, por detrás dessas expressões conscientes estampadas nas fontes, o seu nexos com as relações de produção sustentadoras da ideologia da classe dominante.

Na impossibilidade de trabalhar, no âmbito deste artigo, a dimensão complexa destas relações – o que procurei realizar em trabalho acadêmico não publicado – tenta-se expor, em seguida, a análise das representações criadas para dar sustentação à ideologia do Constitucionalismo.

2. CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

As fontes para o estudo da ideologia revolucionária são variadas e inúmeras. Os romances, as memórias, o jornalismo, a literatura, a radiodifusão refletem intensamente o clima de efervescência político-social e de crise econômica. Os descontentamentos claramente constatados no decorrer do período, acirram-se cada vez mais pelos proverbiais conchavos da política partidária.

Apresentam-se como fontes privilegiadas, no conjunto, os numerosos livros publicados entre 1932 e 1937, por oferecerem espontaneamente versões sistematizadas sobre o Movimento Revolucionário, espelhando muito claramente a presença do substrato ideológico da classe dominante, nos estratos médios dos intelectuais da época. Estas obras constituem o corpo documental da presente pesquisa (5).

A hipótese que direcionou o presente trabalho é a de que a partir dos depoimentos sobre a revolução constitucionalista seria possível detectar, com apreciável margem de segurança, o sistema de idéias e representações responsável pela manutenção da ordem ideológica neste processo revolucionário e, conseqüentemente, perceber como se processa, em São Paulo, a permanência da dominação de classe, apesar das profundas crises pelas quais o Brasil passa na época

O que mais chama a atenção é a quantidade de livros publicados neste período de 6 anos, alguns deles com várias edições em poucos meses. O livro é um empreendimento muito complexo e caro. O aparecimento maciço de obras sobre o mesmo assunto supõe razões altamente fundadas para que sua proliferação se justifique. O entusiasmo por parte dos memorialistas vem de encontro ao entusiasmo dos leitores, o que certamente justifica reedições seguidas de algumas obras. Ao ler estes livros-depoimentos escritos por participantes diretos dos eventos revolucionários pode-se sentir a vivacidade, o empenho, o entusiasmo estampado em cada página. É possível perceber a rústica sinceridade dos autores, alguns transbordando ingenuidade, outros com certa dose de visão crítica.

Um levantamento quantitativo das obras publicadas sobre a Revolução Constitucionalista, levando-se em consideração o ano da primeira edição, demonstra o imediato interesse despertado pelo episódio revolucionário e o seu posterior declínio. Há uma acentuada concentração de publicações entre 1932 e 1937, perfazendo um total de 157 obras. Neste total estão incluídas 5 obras publicadas em anos posteriores a 1937, mas que foram escritas antes desta data; são memórias que, por motivos variados, não puderam ser publicadas quando escritas, tendo-se esperado melhores oportunidades. Há quatro livros cuja data de publicação não foi possível ser determinada. Entre 1938 e 1984 publicaram-se mais 49 obras a respeito do Movimento Paulista, perfazendo, assim, um total de 210 publicações.

Após uma primeira leitura destas obras notou-se a presença repetida de expressões, idéias e argumentações básicas permeando os escritos. Apesar de certa diversidade de enfoques e preocupações, percebeu-se uma unidade fundamental de temáticas, subjacente às narrações e comentários. A fim de viabilizar um estudo mais acurado do conteúdo das obras, foi necessário proceder a uma amostragem que levou em conta a representatividade das mesmas quanto aos seus autores e quanto às tendências explicativas básicas nelas contidas. Seguindo estes critérios trabalhou-se sobre 86 obras, correspondendo a 54,7% do total. As referências percentuais que aparecem no decorrer do trabalho dizem respeito a este universo.

O conteúdo destes depoimentos registra o afã de seus autores em atestar sua participação ativa nos acontecimentos, oferecendo impressões e interpretações fundadas em sentimentos regionalistas e patrióticos. Percebe-se, ainda, que são autores desconhecidos na época da Revolução, em sua grande maioria. Alguns projetar-se-ão graças a outras atividades e publicações. Outro ponto comum entre eles é a ausência de perspectiva científica e a despreocupação em elaborar trabalhos de cunho marcadamente histórico ou literário. As obras escritas sobre a Revolução não permanecerão, posteriormente, como primordiais na literatura ou na historiografia. No entanto, para esta pesquisa sobre o processo ideológico constitucionalista-revolucionário, tanto estes autores como suas obras são de fundamental importância.

Neste sentido, é interessante a linha de trabalho traçada por Jacques Proust, em um Colóquio sobre História Social, em 1965, na França, ao fazer referência à relação entre "história social e história literária". Discorrendo sobre a importância de obras literárias, romances, por exemplo, como fontes para a história social, Proust enfatiza o lugar dos pequenos autores, dos "escritores menores" na história das idéias: "Em meu entender (. . .), os escritores menores serão mais úteis para definir a representação que uma dada sociedade se forma corretamente de si própria, aliás com efeito de ricochete desta representação sobre o seu comportamento real" (6). Um primeiro passo para se recuperar a ideologia dominante é tentar captá-la através da forma como é percebida, assimilada, justificada e vivenciada por uma parcela significativa da sociedade. Os autores que não se sobressaíram no âmbito da filosofia, da literatura ou do pensamento político, divulgam as representações ideológicas que sustentam a dominação de classe no momento. Através deles é possível perceber como a ideologia permeia as relações de classe.

Inspirando os divulgadores da ideologia, estão os grandes intelectuais, criadores de sistemas interpretativos, coerentes com a visão do mundo de determinados grupos sociais. "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político. . ." (7) Esses intelectuais sistematizam organicamente a ideologia dominante, dando-lhes o caráter de filosofia. Mas quanto à difusão da ideologia, são os intelectuais menores que dão a tonalidade geral das concepções de uma sociedade. A organização da

cultura está nas mãos de transmissores-divulgadores, que adquirem importância capital neste nível.

As obras publicadas sobre a Revolução de 32, por suas características, podem ser consideradas como expressões de ideologia difundida em larga escala no conjunto das classes em São Paulo. Ao mesmo tempo que servem para difundir argumentações e justificativas, reflexamente, são fontes importantes para se conseguir perceber as nuances ideológicas de uma fração da classe dominante brasileira, cujo poder econômico está ameaçado pela perda da liderança política do país.

Para fazer com que o desenvolvimento da pesquisa surgisse das próprias fontes e estas constituíssem o fio condutor para a compreensão dos aspectos ideológicos da revolução, foi necessário agrupar de alguma maneira o material coletado. Foi feita uma quantificação sumária de dados, a fim de servir como instrumento para a organização das fontes, e auxiliar na interpretação. Os autores foram classificados de acordo com sua ocupação principal; as obras foram agrupadas segundo afinidades no tratamento do conteúdo, para que a análise pudesse ser feita com maior precisão; os temas fundamentais que emergem do conteúdo dos depoimentos tomados na sua totalidade foram classificados, constituindo-se como que eixos em torno dos quais gira a tônica da argumentação.

A primeira consideração que emerge da análise das obras diz respeito à identificação de seus autores. Neste particular, o que mais se destaca é a ocupação principal dos depoentes, manifestada nas próprias obras ou em outras informações paralelas, levando-se em consideração o momento em que foram escritas (8). Este dado deve ser colocado em relevo, pois a identificação do intelectual é um elemento importante no reconhecimento do processo ideológico, seja ele produtor ou divulgador de ideologia. O exercício de uma ocupação principal é, sem dúvida, um indicador não desprezível, que pode auxiliar o desenvolvimento da explicação. A partir dos elementos coletados, foi possível constatar que, dentre os escritores, 17 eram jornalistas, 17 militares, 12 advogados, 8 estudantes, 3 médicos, 3 historiadores, 2 escritores, 1 aviador, 1 engenheiro, 1 professor. Não foi possível identificar 16 autores.

Os jornalistas e os militares são os que mais se preocupam em escrever sobre os fatos. Alguns jornalistas são enviados pela direção de seus jornais para fazerem cobertura dos eventos. Mas a maioria é constituída de voluntários que, ao final da luta, resolvem publicar suas anotações. Os militares, na maioria das vezes, relatam os episódios do ponto de vista bélico. Grande parte destes militares pertence à oficialidade graduada, tanto da Força Pública quanto do Exército. Os relatos das marchas e contramarchas acabam sempre por defender as ações e pontos de vista de suas corporações.

Jornalistas e militares são seguidos de perto pelos advogados, jovens advogados, como se pode perceber pelo contexto das obras. Empolgados pela pregação da legalidade e do direito, bem a gosto dos formalismos dos liberais da República Velha, os advogados são os mais entusiasmados "pela causa sagrada",

utilizando-se com fartura da retórica bacharelesca. Quase na mesma linha dos advogados estão os oito estudantes, a maioria de direito. Os médicos e o engenheiro procuram ressaltar que sua categoria profissional não ficou alheia ao entusiasmo geral, engajando-se na luta armada; inúmeras vezes os depoimentos fazem referência ao trabalho dedicado destes profissionais. Segundo as declarações dos próprios depoentes, no decorrer das obras, há três que se dizem historiadores: Alfredo Ellis Jr., Clementino de Castro Jr., Roberto Hadock Lobo (9). Os dois escritores, o aviador, e o professor completam o quadro que apresenta uma apreciável gama de profissionais registrando suas apreciações sobre um momento tão intensamente vivido.

Embora não se possa generalizar, é cabível propor algumas reflexões a partir dos dados apresentados sobre a ocupação principal dos autores. Por si só, e considerada isoladamente, a atividade profissional não pode ser tomada como indicador definitivo da posição de classe das pessoas que a exercem. No entanto, aliada a outros indícios é possível indicar com relativa segurança a classe social a que pertencem os autores das obras e sua conseqüente articulação com a classe dominante.

A explicitação feita pelos próprios autores a respeito de sua situação no contexto social é um indício relevante. Encontra-se amiúde, nos depoimentos um deliberado intento dos autores em dizer que vivem de sua profissão, que são pobres ou remediados, como por exemplo Rufino Alves Sobrinho, Santos Amorim, José Augusto Costa, este formado em Direito e político militante na ala moça do PD, o jornalista cearense Mozart Firmeza e muitos outros. Há ainda uma grande preocupação, por parte de inúmeros depoentes, em apresentar a Revolução Constitucionalista como uma tomada de posição do povo e não um movimento de elite. Definindo-se como um elemento deste povo, muitos autores investem contra as oligarquias, as elites, a política e políticos profissionais, que são apresentados como cancros que devem ser extirpados. O enaltecimento do voluntariado que vai à frente de batalha, arriscando a vida nas trincheiras, se contrapõe à atitude dos “filhos de gran-finos” e de políticos que permanecem nas cidades, “esperando o fim da luta para colherem os louros da vitória” em proveito próprio. Exemplos desta postura são encontrados nas obras do médico Luiz Vieira de Mello, do jornalista e professor Manoel Osório, do estudante Lafayette Soares de Paula, de João Augusto de Mattos Pimenta, e de muitos outros. Em alguns se percebe um acentuado e amargo mal-estar com relação às pessoas que militam na política ou exercem cargos públicos de importância.

Observa-se ainda que poucos dos escritores em questão podem ser encontrados entre os nomes que, reconhecidamente, pertencem a famílias abastadas ou a clãs políticos que comandam o processo econômico e político do país. Com exceção de dois ou três autores, a absoluta maioria não figura entre as pessoas-chave que estão orientando e organizando a Revolução, sejam políticos, civis ou militares. Entre os dirigentes das Associações de Classe como FIESP, Associação Comercial do Estado de São Paulo, Associação dos Engenheiros, dos Cafeicultores, etc., que estão ativamente presentes na organização da Revolução e movimentação do voluntariado, não há a presença de nenhum autor

de depoimento. Nem são encontrados entre os chefes de batalhões da Capital ou do interior, como se pode constatar facilmente por uma busca nas respectivas listas de voluntários. Assim, embora se possa constatar que a responsabilidade da organização e direção do Movimento Revolucionário esteja clara e seguramente nas mãos dos componentes da classe dominante no entanto sua divulgação e perpetuação em forma de memórias, depoimentos, etc., é feita por escritores que não pertencem àquela classe. Pode-se dizer que estes autores não usufruem diretamente do círculo do poder, afora uns poucos como Alfredo Ellis Jr., João Neves da Fontoura no Rio Grande do Sul, Aureliano Leite, Arnon Afonso de Farias Melo, como políticos militantes, ou Bertholdo Klinger e Waldomiro Lima da cúpula militar, um a favor outro contra o Movimento Revolucionário, que de um ou de outro modo se sobressaem em relação à classe dominante.

Estas observações parecem confirmar a condição de intelectuais médios dos autores dos depoimentos. São bem representativos de uma ideologia difusa, sem grandes projeções no terreno na dominação política e econômica. Com efeito, a projeção intelectual tem muito a ver com a representação de classe aceita ao nível da hegemonia, exercendo-se o jogo do apoio mútuo e das "igrejinhas". O mundo dos intelectuais de projeção tem sua dinâmica própria e respeito, direta ou indiretamente, a elaboração ideológica dominante.

Assim, a indicação das atividades profissionais, aliada aos indícios acima descritos, autorizam a afirmação de que a grande maioria dos autores das obras sobre a Revolução, as quais estão sendo analisadas, não têm origem na classe dominante, mas se localiza socialmente na classe média. Embora sua proveniência não seja de classe dominante, nota-se, no entanto, que representam efetivamente os interesses e preocupações desta classe. Ao elaborar explicações e justificativas para o cotidiano ou para o extraordinário, como é o caso da Revolução Constitucionalista, os intelectuais estão colaborando para a difusão da ideologia da classe no poder. A localização destes intelectuais no âmbito da classe média, representando a ideologia dominante, confirma a proposição de que a força da classe que domina está justamente em conseguir cooptar intelectuais de outras classes para dar sustentação ao seu domínio. Daí se perceber uma verdadeira extrapolação na defesa de interesses: aparecem assumidos como sendo da classe média, e por eles luta-se ferrenhamente. Assim, a grande presença deste estrato da população, no Movimento Revolucionário, fica marcada no ânimo dos participantes e pereniza-se (ou quis que se perenizasse) através das memórias, ensaios explicativos, poesias, etc. Até o advento do Estado Novo, em 1937, o élan deixado por este Movimento esteve muito presente e atuante. Não apenas nas constantes comemorações cívicas, mas também nos desdobramentos que se efetivaram, tornando efervescentes os anos seguintes à Revolução. A participação cívica na campanha eleitoral de 1933 e a participação engajada em movimentos de direita e de esquerda, até por volta de 1937, são como que a resposta à frustrada ação bélica para a qual fora atraída a solícita classe média. Os depoimentos e seus autores são frutos desta efervescência.

3. TEMÁTICAS E EIXOS IDEOLÓGICOS

As informações a respeito dos autores e de suas obras remetem a um aprofundamento em relação ao conteúdo das mesmas, no intuito de detectar e desvendar o discurso ideológico. Tendo ficado assentado, anteriormente, que o corpo documental da pesquisa se restringe às obras publicadas até 1937 sobre a Revolução Constitucionalista, estabelecem-se os limites para a análise: supondo-se a prática social e as institucionalizações por elas engendradas, como formas concretas de organizar as relações sociais de dominação, parte-se de um dos últimos elos ao nível da comunicação, isto é, do discurso escrito, em forma de livro. As formulações ideológicas contidas e expressas em cada uma das obras e no seu conjunto, supõem, implicitamente, sistemas articulados de representações, que precisam ser descobertos e manifestados. Para reconstituir este sistema interpretativo procurou-se detectar os temas fundamentais que estão subjacentes à totalidade do discurso da época, conforme expresso nestas fontes, correspondendo, por hipótese, a uma aproximação em relação ao arcabouço ideológico dominante.

Pela leitura cuidadosa das obras, foi possível detectar 12 diferentes temas que permeiam, de maneira incisiva, o conjunto desta literatura, repetindo-se com maior ou menor insistência. Percebeu-se que estes temas, relacionados mutuamente, explicitam um sistema coerente de idéias e representações de extrema importância para se entender as justificativas das formas de dominação. O eixo em torno dos 12 temas foi confirmado ao se proceder a um levantamento quantitativo, através da contagem das palavras, conjunto de palavras ou frases que exprimem as idéias contidas nos respectivos temas, conforme indicado no Quadro abaixo. A busca dos temas foi o primeiro trabalho realizado, necessário à organização da pesquisa, pois se tratava de encontrar o ponto de partida para o estudo do processo ideológico.

A incidência e repetição de determinados temas dão bem a dimensão da importância do assunto para os autores que explicam um mesmo evento. Não se pode dizer que as repetições das mesmas afirmações sejam sinal de exatidão da explicação, o que seria tomar a quantidade como sendo explicativa por si mesma. No entanto, a repetição temática fornece um referencial, a partir do qual se pode captar a forma como as relações sociais são percebidas e interpretadas, em uma determinada situação histórica.

Para poder classificar os temas com maior precisão e buscar sua importância relativa na ordenação do sistema de idéias, além de se contarem as palavras, conjunto de palavras ou frases que exprimem as mesmas idéias referentes ao tema, que serão chamadas simplesmente de *referências* no decorrer deste trabalho, procurou-se computar também os autores que aludiram a cada um dos temas em suas obras. Esta dupla contagem foi necessária para se evitar possíveis distorções: ou que, por exemplo, muitos autores tratassem de todos os temas, referindo-se a eles poucas vezes; ou então que poucos autores se referissem a um tema, com um grande número de referências. Assim, para se conseguir maior objetividade na captação do eixo ideológico enquanto sistema de idéias, e para ressaltar o que é fundamental para a média dos escritores da épo-

ca, é necessário comparar os três dados: temas, número de autores que trataram deles e quantas vezes o tema aparece através das referências a ele feitas. O quadro, a seguir, apresenta estes dados.

Incidência Temática

TEMAS	referências		autores	
	Nº	%	Nº	%*
01. Constituinte, Constituição, Estado de Direito	696	18,2	61	75,3
02. Participação da população	613	16,1	60	74,1
03. Regionalismo	540	14,1	49	60,5
04. São Paulo-Revolução de 30 - Ditadura	513	13,4	48	59,2
05. Atuação dos políticos.	393	10,3	45	55,5
06. Balanço da Revolução	329	8,6	39	48,1
07. Voluntariado	185	4,8	38	46,9
08. Envolvimento das classes sociais	154	4,0	37	45,6
09. Propaganda	123	3,2	25	30,8
10. Centralização, autonomia	105	2,8	24	29,6
11. Questão militar e Revolução	103	2,7	15	18,5
12. Situação econômica e Revolução	68	1,8	13	16,0
TOTAL	3822	100,0		

* A percentagem é sobre os 81 autores das 86 obras analisadas.

O quadro apresenta os temas centrais que estão implícitos nas obras, numa hierarquia decrescente, a partir do número de autores que se referem a determinado tema, e da frequência com que o mesmo aparece através de palavras, ou conjunto de palavras que o expressam. É fácil perceber como o universo mental dos autores coloca em primeiro plano uma questão jurídico – institucional – Constituinte e Constituição – com uma mínima preocupação em relacionar a situação econômica (que aparece em 12º lugar) como uma das primeiras condicionantes do processo revolucionário. Projeta-se a necessidade de buscar na participação “popular” (2º tema) uma razão justificadora do levante armado, deixando para o 10º lugar uma das molas primordiais que impulsionam as atividades políticas e econômicas do momento, ou seja, a questão da centralização do poder e a autonomia dos Estados (10º tema); trata-se de uma temática que aparece camuflada sob a capa romântica do regionalismo (3º tema). A relação entre São Paulo e a Revolução de Outubro de 1930, com sua conseqüente Ditadura (4º tema), desperta muito interesse nos escritos analisados, colocando-se em relevo, do ponto de vista prático, uma temática de valor auto-explica-

tivo não desprezível. Enfim, pode-se dizer que estes temas apresentam o arcabouço mental para a explicação do Movimento Armado, pelo qual São Paulo se propõe a “uma ação heróica para salvar o Brasil”. Através deles a extensa “literatura revolucionária” apresenta as razões pelas quais se justifica uma ação bélica que passa a ter lugar importante na imaginação cívico-patriótica dos paulistas. Uma pesquisa sobre os aspectos ideológicos da Revolução Paulista deve ter como ponto de partida este universo explicativo contido nas próprias obras.

Examinando cada um dos temas e sua correlação com os demais, nota-se que formam um conjunto onde as implicações mútuas são naturais e esperadas. No entanto, é possível perceber algumas constantes tendências que perpassam a totalidade dos temas, sugerindo o agrupamento dos mesmos em torno de três eixos que parecem dar a tônica orientadora do discurso sobre a revolução. Ordenando-os, logicamente, é possível agrupar em torno da temática do *CONSTITUCIONALISMO* os temas : – Constituinte, Constituição, Estado de Direito; – Regionalismo – e seus apelos à missão histórica de São Paulo enquanto garantidor da ordem e das liberdades da lei; Atuação dos políticos – com seus desvios e acertos em busca do restabelecimento da ordem legal; balanço da Revolução – porquanto as referências ao sucesso da Revolução dizem respeito ao desencadeamento político-partidário em vista das próximas eleições para deputados à Constituinte. Este eixo é de cunho eminentemente político.

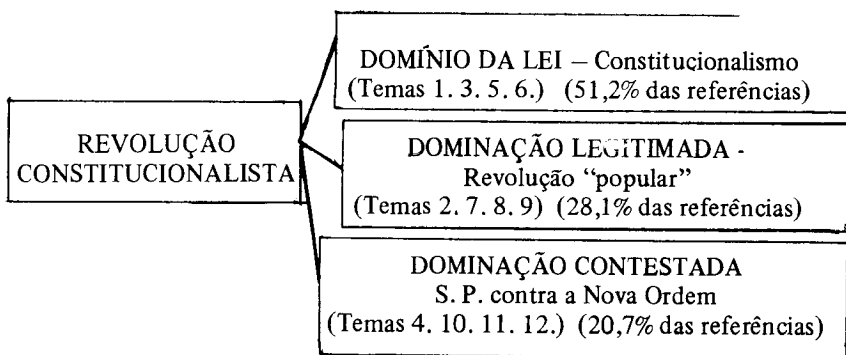
A intenção de apresentar o Movimento Constitucionalista como uma *REVOLUÇÃO “POPULAR”* agrupa os temas: – Participação da população; – Voluntariado – com as explosões típicas de uma exaltação cívica que arrasta “batalhões patrióticos” às frentes de batalha; Envolvimento das classes sociais, onde se percebe a necessidade ideológica de mostrar que há unanimidade entre todas as classes na defesa dos ideais revolucionários; Propaganda - trata do empenho dos meios de comunicação social em mostrar a validade e o idealismo do Movimento Paulista, com o fito de arrebatar adeptos. A tônica deste eixo posiciona-se em torno das relações sociais e do grau de participação das diferentes classes no processo revolucionário.

Emerge, ainda, deste “discurso revolucionário” um outro eixo de nuances mais práticas: *SÃO PAULO CONTRA A NOVA ORDEM*, onde se percebe algo mais concreto escondido nas manifestações marcadamente generalizantes dos depoimentos. São os temas: São Paulo-Revolução de 30 – Ditadura – apontando para um dado de fato, que é a perda da hegemonia paulista; a Centralização e autonomia - ressaltando a importância da reconquista da hegemonia perdida, através da volta ao estadualismo da República Velha e da subordinação do poder central às necessidades e interesses regionais; Questão militar – é apontada como um pretexto para a eclosão da Revolução, mas coloca, ao mesmo tempo, a questão da hierarquia do Exército e seus graves problemas internos; finalmente, algumas poucas referências à situação econômica - ressaltam o idealismo deste discurso que se propõe justificar uma revolução.

Estes três eixos (Constitucionalismo – Revolução Popular – São Paulo contra a Nova Ordem) podem ser tomados como categorias mais simples e mais

gerais que sustentam, em última análise, o arcabouço ideológico embutido no processo revolucionário. A articulação destas categorias, entre si e com os temas correlatos, permite perceber uma lógica interna subjacente, implícita nos depoimentos, mas que se constitui em importante força explicativa. Constituem as forças capazes de aproximar as diferentes facções da classe dominante de São Paulo e permear consistentemente as outras classes, especialmente a classe média. Assim é justificada a eclosão de uma Revolução que se quer salvadora e constitucionalista. Trata-se, em última análise, do complicado processo de *DOMINAÇÃO*, que permeia as relações de classe e dá sustentação às organizações da sociedade, concretizado no momento histórico em que eclode a *REVO- LUÇÃO* Paulista.

Esquemáticamente, o arcabouço ideológico do “discurso revolucionário” pode ser apresentado do seguinte modo:



É possível perceber uma unidade fundamental que flui naturalmente dos temas. *SÃO PAULO* (Estado) é tomado como uma entidade abstrata, existindo por si mesma, digna de um verdadeiro culto. Esta entidade, que foi humilhada pela Revolução de 1930 e pela Ditadura do Governo Provisório, também tomadas abstratamente, deve voltar a seu antigo esplendor e glória, pelo bem de todo o Brasil. O caminho para esta reconquista é a *CONSTITUIÇÃO*, tomada como solução para todos os problemas, como garantia da liberdade individual e coletiva, e única forma de atingir novamente o progresso e o predomínio econômico. A busca da Constituição justifica uma luta armada, a *REVOLUÇÃO* que é garantida pela *LEGITIMAÇÃO* efetivada pelo “povo” que participa maciçamente dos eventos, manifestando assim a “justeza da causa”.

O mito da Constituinte e da Constituição ocupa um lugar de destaque no discurso revolucionário. Os depoimentos, na sua grande maioria, recorrem com insistência à idéia de que a Constituição viria resolver todos os problemas, tanto os paulistas quanto os nacionais. São muito comuns afirmações genéricas, como as de Lacerda Ortiz e Garcia de Gomar, em que o povo paulista é apresentado como o depositário de um civismo que ultrapassa qualquer interesse privado, com exceção de sua soberania, colocando no “constitucionalismo” uma força inexpugnável. Há outras interpretações, onde a “constitucionalização” é apresentada como um meio para dar “segurança e garantia” ao trabalho, apanágio do “espírito de paulistanidade”, muito caro aos descendentes de uma “raça de gigantes”, segundo as argumentações de Alfredo Ellis Jr. Por vezes, porém, ensaia-se uma demitização em que o constitucionalismo é apresentado como um arranjo dos políticos que buscam, efetivamente, tirar proveito de uma bandeira que apresenta largas chances de aglutinação de forças dispersas.

A disputa entre os políticos paulistas e a ditadura instalada pelo Governo Provisório formaliza-se em uma luta por princípios de legalidade e de ordem, consubstanciada na exigência de uma Constituição para o país. O apelo a esta forma de luta é de tal modo forte, que o movimento político-militar que tem seu início em 23 de maio é cognominado, pelos seus participantes, de Movimento Constitucionalista, Revolução Constitucionalista, e assim passa a se perpetuar na memória histórica. O 23 de maio é comemorado, no calendário oficial, como o dia do soldado constitucionalista, em homenagem aos que combateram pelo ideal da Constituição; o 9 de julho, como o dia da Revolução Constitucionalista.

O estudo dos aspectos ideológicos da Revolução Paulista de 32 deve, portanto, considerar como extremamente relevante a questão constitucional, transformada em verdadeiro mito marcando profundamente os anos de 1931 a 1934. A campanha constitucionalista é iniciada com ímpeto, em abril de 32, com o Manifesto dos Engenheiros, seguindo-se intensa movimentação conclamando o povo para engrossar fileiras pela convocação de uma Constituinte. O rompimento do PD com Getúlio e a formação da Frente Única contra o governo federal, em fevereiro de 32, dão maior impulso aos reclamos pela urgência de uma “Magna Carta”. Comícios concorridos, reuniões cívicas, conchavos de políticos e de elementos de destaque da burguesia paulista, desentendimentos crescentes com funcionários do Governo Federal, carregam a atmosfera da primeira metade de 1932. O apelo à Constituição está no centro das preocupações, e a ela se emprestam poderes quase mágicos. O mesmo tema continua ocupando o centro das atenções no decorrer da “Revolução Constitucionalista” e, após, nas campanhas políticas para a eleição de deputados à Assembléia Nacional Constituinte, até a realização do pleito, a 3 de maio de 1933. Instalada a Constituinte, nota-se um arrefecimento de interesse geral, permanecendo palpitante apenas no discurso diretamente ligado ao exercício do poder. E quando finalmente a Constituição é promulgada, em 16 de julho de 1934, nota-se que foi o resultado de compromissos entre o bloco constitucionalista-liberal-estadualista e as pretensões nacionalistas e centralizadoras do governo federal.

As atitudes autoritárias recrudescem a partir de fins de 1934, com os

aplausos e o apoio do governo paulista e das associações das “classes conservadoras”. A Lei de Segurança Nacional, aprovada pelo Congresso em abril de 1935, é o primeiro golpe à Constituição promulgada no ano anterior. A burguesia, temerosa frente aos movimentos sociais que se avolumam nestes anos, apóia as medidas que visam conter os “distúrbios das ordas arruaceiras e comunistas”. Em fins de 1935, a celebrada Intentona Comunista e os movimentos reivindicatórios dirigidos pela Aliança Nacional Libertadora dão respaldo à repressão policial e patronal. Sindicatos não oficiais são fechados e se efetuam prisões de líderes operários e políticos contrários ao governo. A LSN, o estado de sítio e o estado de guerra, aprovados sucessivamente pelo Congresso, cobrem severamente todo e qualquer movimento organizado. Pelegos são introduzidos nas representações oficiais dos operários. A ação de Felinto Müller na chefia da Polícia é impetuosa, inaugurando o clima do Estado Novo, com torturas, mortes e desaparecimentos.

Os ideais de Constituição, Constituinte, estado de direito, lei, liberdade, etc., que constituíram um dos eixos centrais das representações ideológicas sustentadoras da revolução constitucionalista e que são insistentemente ressaltadas nos depoimentos, soam falsamente, quando se consuma a reaproximação da burguesia paulista com o governo de Getúlio Vargas, assumindo atitudes arbitrárias para a defesa de seus próprios interesses. Para continuar a dominação de classe, novas justificativas serão encontradas e que se amoldam melhor às novas realidades sociais e econômicas. A ideologia continua exercendo suas funções.

O clima constitucionalista que se vive nos dias de hoje não adquiriu ainda a intensidade e o vigor dos primeiros anos 30. No entanto, a situação de mudanças é semelhante, exigindo a emergência de bandeiras aptas a congregar manifestações legitimadoras das atitudes políticas dos diferentes grupos que almejam o poder. O apelo mais forte que já desponta de forma recorrente é a importância e necessidade da PARTICIPAÇÃO POPULAR. Outras palavras de ordem, por certo, serão criadas e veiculadas intensamente. Até que ponto serão outros mecanismos ideológicos de manutenção da ordem burguesa? A prática política o dirá.

NOTAS

1. Há uma grande discrepância com relação a estes números. Os indicados são os mais comumente encontrados. Cf., por exemplo, Alfredo Ellis Junior — *A Nossa Guerra*. São Paulo, Ed. Piratininga, 1933, p. 155; Benjamin Antunes de Oliveira — *MMDC*. R. J., Schmidt, 1932, p. 26-27.
2. Cf., entre outros, os seguintes autores: Florentino de Carvalho — *A Guerra Civil em São Paulo*: solução imediata dos grandes problemas sociais. São Paulo, Ariel, 1932, p. 18, 19, 60; José Augusto Costa — *Criminosos de Duas Revoluções: 1930-1932, era revolucionária*. 2ª ed. São Paulo, Ed. Mundo, 1933, p. 158; Garcia de Gomar — *A Heroicidade Despertada*

de um Povo: drama guerreiro. São Paulo, Ed. Unitas, 1933, p. 92; Afonso Schmidt — *A Locomotiva*: a outra face da revolução de 1932. São Paulo, Brasiliense, 1967, *passim*.

3. Quando se fala de classe média, neste trabalho, entende-se uma categoria social bastante heterogênea que compreende a pequena burguesia, profissionais liberais, funcionários públicos civis e militares, funcionários do comércio, de escritórios, de bancos, o clero.
4. Por exemplo: José Augusto Costa — *Op. cit.*, p. 113; Donald E. Worcester — *Brazil, from Colony to World Power*. New York, Scribners University Library, s.d.p., p. 163.
5. Existem dois arrolamentos bibliográficos sobre a Revolução de 1932, bastante completos: Aureliano Leite — “Bibliografia da revolução de 1932. In: *Revista de História*, São Paulo, (51): 145-166, jul/set. 1962; e Aureo de Almeida Camargo — *Roteiro de 32*. São Paulo, s.c.p., 1972, 60 p.
6. Jacques Proust — “História Social e História Literária”. In: Victorino Magalhães Godinho (Org.). — *A História Social; problemas, fontes e métodos*. Lisboa, Ed. Cosmos, 1967, p. 309.
7. Antonio Gramsci. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho, 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 3.
8. Para a classificação dos autores recorreu-se aos seus próprios depoimentos, em referências que aparecem de modo não sistemático e também à obra de Luiz Correia de Melo — *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo, Comissão de IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, 678 p.
9. Respeitou-se a declaração dos autores, embora tivessem sido além de historiadores, advogados e políticos.